

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**YÁSKARA LADY DOS ANJOS LANDIM**

**A INFLUÊNCIA QUE O GRUPO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS DO CRAS  
I EM MISSÃO VELHA-CE EXERCE SOBRE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA  
DOS PARTICIPANTES.**

**JUAZEIRO DO NORTE-CE**

**2012**

**YÁSKARA LADY DOS ANJOS LANDIM**

**A INFLUÊNCIA QUE O GRUPO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS DO CRAS  
I EM MISSÃO VELHA-CE EXERCE SOBRE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA  
DOS PARTICIPANTES.**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade Leão Sampaio  
como exigência para obtenção do título de bacharel em Serviço Social sob a  
orientação da Professora Especialista Pautília Ferraz Araruna.

**JUAZEIRO DO NORTE-CE**

**2012**

**YÁSKARA LADY DOS ANJOS LANDIM**

**A INFLUÊNCIA QUE O GRUPO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS DO CRAS  
I EM MISSÃO VELHA-CE EXERCE SOBRE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA  
DOS PARTICIPANTES.**

**APROVADO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª. Esp. Pautília Ferraz Araruna  
Orientadora**

---

**Profª. Esp.  
1º examinadora**

---

**Profª.Msc.  
2º examinadora**

“Sonhar, apesar das decepções,  
caminhar, apesar dos obstáculos. Lutar,  
apesar das barreiras, acreditar, acima de  
tudo” (Autor Desconhecido)

## RESUMO

O presente trabalho realiza inicialmente um estudo bibliográfico a respeito da política de Assistência Social que de primeiro momento tem características conservadoras , mas após o Movimento de Reconceituação , o Serviço Social muda o seu posicionamento teórico, compreendendo a realidade de forma crítica e reflexiva. O trabalho também trará uma reflexão a respeito do conceito de velhice fazendo um apanhado geral dos limites e potencialidades desta categoria bem como dos avanços conquistados através da criação do Estatuto do Idoso. Procurando mostrar a importância que as atividades desenvolvidas no grupo de convivência tem influenciado na melhoria de vida de cada idoso participante dando ênfase ao grupo de Convivência do Cras I de Missão Velha-Ce. A pesquisa realizada contém perguntas objetivas e subjetivas caracterizando a mesma como uma pesquisa de cunho quali-quantitativa. O interesse em desenvolver esse trabalho relacionado aos idosos veio durante o estágio I e II no período de outubro de 2010 a março de 2011, quando pude fazer parte de um pouco da realidade de vida de cada participante do grupo de convivência. Nossa intenção foi de compreender o processo de envelhecimento, suas repercussões, etapas e consequências. Diante do grande crescimento da população idosa se faz necessário o desenvolvimento de medidas que conscientizem a sociedade a dar mais atenção , cuidado e valor aos idosos, aprender e/ou repreender uma nova visão a cerca dessa classe buscando manter viva a esperança dentro de cada um, fazendo com que possam ser realizados novos objetivos. Mediante o que foi descrito nesse trabalho os idosos tem seus direitos garantidos por lei e só é necessário que cada um de nós venhamos pôr em prática a sua parte de contribuição para que juntos pouco a pouco façamos desses direitos uma boa rotina do nosso dia-a-dia, sem preconceitos, maus tratos e questionamentos sobre esse processo tão natural que é envelhecer.

**Palavras-Chave:** Idoso. Qualidade de Vida. Cras.

## ABSTRACT

This work initially performed a bibliographic review about the politics of Social Welfare for the first time that has conservative characteristics, but after the reconceptualization Movement, the Social Service changes its theoretical position, understanding the reality in a critical and reflective. The work will also bring a reflection on the concept of old age by making an overview of the limits and potential of this category as well as the advances made through the creation of the Statute of Idoso. Procurando show the importance that the activities in the living group has influenced the improving the lives of each participant giving emphasis to the elderly group Coexistence of Old Mission Cras I-Ce. The survey contains both objective and subjective questions characterizing it as a research of qualitative and quantitative nature. The interest in developing this work related to the elderly came during stage I and II in the period October 2010 to March 2011, when I could be part of a little of the reality of life of each participant's support group. Our intention was to understand the aging process, its implications, consequences and steps. With the large aging population it is necessary to develop measures that conscientize society to pay more attention, care and value for the elderly, learning and / or reapreender a new vision about this class trying to keep hope alive within each , causing new objectives can be achieved. By what has been described in this work the elderly have their rights guaranteed by law and is only necessary that each of us we will implement their part of contribution so that together little by little those rights do a good routine of our day-to day, without prejudice, maltreatment and questions about this process that is as natural aging.

**Keywords:** Aged. Quality of Life. Cras.

Dedico este trabalho a minha família, e em especial ao meu pai Antônio Landim (In memorium) que durante todo o tempo que esteve aqui ao meu lado em vida me incentivou a nunca desistir, dando-me forças para que eu seguisse em frente, em busca do meu sonho, do nosso sonho! A sua presença com certeza será muito mais forte aqui hoje nesse momento tão especial...

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que providenciou para minha vida, pela família maravilhosa a qual me concedeu, por iluminar-me durante todos esses momentos bons e ruins, dando-me força e coragem para enfrentar essa jornada de quatro anos, anos estes que tiveram muitos momentos felizes assim como tristes;

Ao meu esposo Tomé por todo o esforço e sacrifício, pelo incentivo, pela paciência e por toda a ajuda a qual me deu, sem você teria sido muito mais difícil vencer essa etapa da minha vida;

A minha mãe Suelita que me deu a maior força e que sempre esteve presente em todos os momentos em que precisei, pelas horas dedicadas aos meus filhos enquanto estive ausente, obrigada por acreditar em mim;

Aos meus irmãos Antônio Filho, Paulo e Luciano, por tudo que fizeram por mim ,a minha tia Chiquinha da Glória pela dedicação e claro pelas orações;

Aos meus filhos Antônio Neto e Ana Júlia que são as razões pela qual tentei e tento a cada dia me manter forte e lutar em busca de dar lhes a garantia de um futuro melhor;

A você pai (In Memória) sempre presente na minha eterna saudade, meu muito obrigado por ter sido o pai maravilhoso que o foi;

As minhas cunhadas Teresinha e Zélia pela contribuição a mim dada para que eu estivesse aqui hoje;

As colegas de curso Karla Janaina, Ativina, Jessica, Idarlém e as demais que durante todo esse tempo foram fundamentais para que essas aulas se tornassem mais alegres, pelas trocas de experiências, e pelo companheirismo, agradeço em especial a Ana Ravenna pela contribuição valiosa que me deste não só durante o curso, mas também na conclusão deste trabalho, a Jocelma (Selminha) pela sua preocupação e atenção para comigo;

A Luciana Francelino Manenti que de colega passou a ser amiga e irmã, (as gemas) que me encorajou e me incentivou dia a dia a não desistir; vocês tornaram se pessoas especiais e que agora fazem parte da minha vida.

As assistentes sociais Eulânia Pereira e Janaina Gomes por terem me acolhido tão bem durante o tempo em que estive no CRAS I, aos idosos presentes no grupo de convivência pela contribuição a mim dada;

A minha orientadora Pautília pela paciência e dedicação para comigo;



Por fim a todos os que aqui não mencionei, mas que também contribuíram para a conclusão deste trabalho.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição da Amostra em relação ao sexo dos participantes.....	39
GRÁFICO 2 - Distribuição da Amostra segundo faixa etária.....	40
GRAFICO 3 - Distribuição da amostra em relação ao estado civil.....	40
GRÁFICO 4 - Distribuição da amostra segundo grau de escolaridade.....	41
GRÁFICO 5 - Ditribuição da amostra segundo número de filhos.....	42
GRÁFICO 6 - Distribuição da amostra segundo convivência familiar.....	43
GRÁFICO 7 - Distribuição da amostra segundo relação com a família.....	43
GRÁFICO 8 - Distribuição da amostra segundo aposentadoria.....	44
GRÁFICO 9 - Distribuição da amostra segundo administração do dinheiro.....	45
GRÁFICO 10 - Distribuição da amostra segundo a sociedade.....	46
GRÁFICO 11 - Distribuição da Amostra segundo a participação no grupo.....	47
GRÁFICO12-Distribuição da Amostra segundo os conhecimentos em relação a Estatuto do Idoso.....	48
GRÁFICO 13 - Direitos dos Idosos são trabalhados no grupo.....	49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I- CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .	14
1.1 A Trajetória histórica das políticas sociais .....	14
1.2 Trajetória das políticas sociais no Brasil.....	16
1.3 A LOAS, o surgimento da PNAS e a implementação do SUAS.....	20
1.4 O Centro de Referência de Assistência (CRAS).....	22
<b>CAPITULO II ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA</b> .....	24
2.1 Mecanismos que vêm fortalecer o direito do Idoso.....	27
2.2 O CRAS e a importância do trabalho realizado para com o Idoso .....	32
<b>III CAPITULO - COLETA DE DADOS E SUAS ANÁLISES</b> .....	35
3.1 Procedimento metodológico .....	35
3.2 Apresentação e Discussão dos dados .....	37
3.3 Técnica de coleta de dados .....	38
3.4 Aspectos referentes a entrevista .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>APÊNDICES</b> .....	60

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática central a importância que o grupo de convivência para idosos realizado no CRAS I - no Município de Missão Velha – CE tem influenciado na melhoria de vida desses idosos.

O crescimento da população idosa gera necessidades de mudanças na estrutura social para que os mesmos, ao terem suas vidas prolongadas, não fiquem distantes de um espaço social, em relativa alienação, inatividade, incapacidade física, e dependência causando conseqüentemente uma vida sem qualidade alguma.

Esse trabalho fará uma retrospectiva histórica da Assistência Social, caracterizada na sua gênese pelo assistencialismo e conservadorismo valendo-se de referências acríticas e não reflexivas, atuando no sentido de minimizar os conflitos causados pela questão social, no intuito de manter a ordem vigente, através de ações paliativas e conservadoras, em defesa dos interesses da classe burguesa.

Vem ressaltar também os avanços acontecidos nas décadas de 80 e 90, até os dias atuais.

Trará também referências referentes ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como sendo uma unidade estatal territorializada que atende as famílias em situações de risco e vulnerabilidade social, prestando informações para a população de sua área de abrangência e promovendo a inserção das famílias nos serviços da Assistência Social daquele território local, nas atividades ofertadas pela esta instituição.

Assim de acordo com o contexto apresentado, mediante a observação da necessidade de compreender uma dada realidade, originou-se o interesse, no desenvolvimento desta pesquisa acadêmica, em analisar a influência do grupo de convivência para idosos do Centro de Referência da Assistência Social, na melhoria da qualidade de vida de cada um.

O interesse em pesquisar os idosos surgiu durante o estágio I e II, realizado no CRAS I no período de outubro de 2010 a março de 2011, conhecer seu cotidiano, seus dramas, sonhos e expectativas foi muito importante para o desenvolver desse estudo, buscar compreender a problemática vivenciadas por essas pessoas, a possibilidade de orientá-las no sentido de fazê-las buscar a melhor maneira de se viver com mais qualidade de vida.

Diante dos fatos expostos torna-se um desafio procurar meios para tentar compreender a concepção do que seja velhice e buscar a melhoria e a ampliação dos espaços de acolhimento para esses indivíduos na expectativa de que sempre se melhore a vida dos demais.

## CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 1.1 A Trajetória histórica das políticas sociais

O surgimento das políticas sociais aconteceu no século XVII através do período da Revolução Industrial, caracterizado pelo grande avanço da industrialização que desenvolveu um novo processo que ficou conhecido como a revolução das máquinas devido o desenvolvimento dos maquinários e das fábricas. O processo em questão era referente a troca do trabalho vivo pelo morto, onde a máquina substituía o trabalho do homem , devido a evasão dos camponeses em busca de emprego digno para se e sua família.

As condições de trabalho não eram boas, a jornada de trabalho era dura, a higiene era precária, aconteciam muitos acidentes de trabalho devido o tempo excessivo, e para sobreviver às mulheres e crianças eram também submetidas a este trabalho, tendo sua mão de obra desvalorizada e barateada.

(...) centenas de milhares de homens, de mulheres e de crianças seguramente passaram, nas primeiras concentrações industriais até 14 a 16 horas por dia, de quanto durou sua curta vida, por salários de miséria totalmente entregues a arbitrariedade patronal e reduzidos a condição de máquinas de produzir lucros, rejeitadas assim que deixavam de interessar. (CASTEL, 1998, p. 293)

Diante da exploração na qual a classe operária vinha sofrendo, os trabalhadores começam a questionar a sua desvalorização, desencadeando o que chamamos de questão social que se caracteriza pelo confronto entre capital e trabalho, onde tais manifestações iniciam a busca por melhores condições de vida e trabalho.

Devido esses conflitos o Estado passa a intervir de forma assistencialista na tentativa de amenizar os conflitos e estabelecer a ordem social, através das políticas sociais, onde as mesmas estão vinculadas ao desenvolvimento da sociedade, que foi através do reconhecimento da problemática da questão social compreendida como um conjunto de expressões das desigualdades de classe na sociedade, que se teve a importância de se constituir as Políticas Sociais. Percebe então que a sociedade passou por vários momentos de suma importância para construção e a denominação das políticas sociais (IAMAMOTO; 2003 p.27).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade (...). É a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IMAMOTO, 2008, p. 77).

Conforme entendimento da fala de Behring (2006), as políticas sociais, são respostas às expressões multifacetadas da questão social, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração entre a classe burguesa e a classe operária, onde o Estado passa a intervir através das políticas sociais com o objetivo de minimizar os problemas ocasionados pelo processo de industrialização de forma assistencialista e paliativa, no intuito de conter os conflitos existentes na sociedade naquele período.

Outro momento de suma importância no campo social foi o surgimento em meados do século XIX do Liberalismo Econômico, preconizando o livre mercado, bem como a não intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais.

O Estado passa a fornecer apenas a base legal tratava-se de um Estado Mínimo, limitando-se a facilitar a produção privada, no intuito de manter a ordem pública e proteger a propriedade privada. A sua crise trouxe consigo dois processos políticos - econômicos o crescimento dos movimentos operários e a concentração e monopolização do capital.

Com o enfraquecimento do Liberalismo se consolidou o Pacto Keynesiano, criado por John Maynard Keynes, onde se defendia a intervenção estatal com vistas a reativar a produção, a procura de saídas para a crise de 29 e é com essa base material que se proporciona a expansão dos direitos sociais. Percebe-se também a responsabilidade social do Estado para o incremento das Políticas Sociais.

Cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. (BEHRING, 2006, p.85)

Esta teoria entra em crise devido a queda nos lucros, da incapacidade do Estado exercer suas funções e do crescimento das dívidas públicas, ou seja, da crise fiscal.

Percebe-se então que a todo momento, as políticas sociais procuravam atender as necessidades humanas impostas pelo sistema capitalista, com a crise de 29 seguida das consequências da II Guerra Mundial, o Estado sente a necessidade de ser um regulador no enfrentamento dos problemas existentes e com o surgimento do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), não foi diferente, mas uma vez o Estado tenta se adaptar a este novo processo caracterizado pela garantia de direitos fundamentais, ou seja, um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. Segundo Behring (2006), APUD, Meny e Thoening (1989), o Welfare State concebe como todo esforço do Estado para modificar as condições do mercado e proteger os indivíduos das suas consequências econômicas e sociais.

Este modelo entra em crise na década de 60 devido o aumento do preço do petróleo o que acarretou na diminuição de ações em detrimento da classe trabalhadora, em decorrência da redução das políticas sociais

Diante da crise do Welfare State, surge o Neoliberalismo, uma doutrina caracterizada pela redução do Estado na sociedade no âmbito econômico e social que segundo Soares (2009), tratava-se de uma crise global de um modelo de acumulação cujas tentativas de resolução procuravam buscar transformações estruturais que dão lugar a um modelo que se caracterizava pela informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista. Em linhas gerais, ocorre uma desresponsabilização do Estado em relação aos problemas sociais, onde o mesmo reduz a sua intervenção no campo social, passando a responsabilidade para a sociedade civil.

## 1.2- Trajetória das políticas sociais no Brasil

Este capítulo trata a respeito da trajetória das políticas sociais no Brasil, abordando o Governo de Getúlio Vargas na década de 30, perpassando pela ditadura militar nos anos 60, e dando ênfase ao momento em que a Assistência Social é reconhecida como direito, apresentando também os avanços e retrocessos ocorridos na década de 80 e 90 ocasionados pelo surgimento da Constituição Federal e instalação da Doutrina Neoliberal.

A partir da década de 1930, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, onde nesta mesma década foi criado o Ministério do Trabalho que tinha como função



“harmonizar as relações entre os que dão e os que recebem trabalho”, onde deveriam todos se esforçarem para substituir o conceito de luta de classes pelo de conciliação (Couto, 2008).

É possível compreender que a legislação trabalhista começa a ganhar uma certa visibilidade no âmbito público, porém, dentro de uma proposta paternalista, corporativista além de coercitiva. A cooptação dos sindicatos autônomos e a burocratização desses organismos possibilitaram um processo de nítido controle da classe trabalhadora.

Getúlio Vargas estimulou a expansão das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) que tinha o intuito de garantir o direito à aposentadoria (velhice, invalidez), bem como a obtenção de socorro médico, entre outros serviços. Esta política sofre algumas modificações e em 1933 iniciou-se os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), onde sua cobertura se dava apenas para perda de capacidade laborativa(velhice,morte, invalidez, doença).

Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que tem sua formação marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo, foi a primeira instituição de assistência social no Brasil, com o caráter de favor e clientelista, representando “ o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira dama Darcy Vargas a coordenação da instituição. este traço clientelista e vinculado a benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira” (ROJAS, 2008, p.103)

Ainda no governo de Vargas, foi criada no ano de 1943 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que criou a carteira de trabalho, instituindo a jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, salário-maternidade, consolidando assim um rol de direitos para a classe trabalhadora.

Em 1945 o governo de Vargas enfraquece, onde o mesmo foi deposto por uma junta militar, dando início ao governo de Eurico Gaspar Dutra que implantou o Plano de Salte voltado para as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Neste período surge também o primeiro movimento de trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas, onde os trabalhadores rurais através de reivindicações forçaram a criação do Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1963.

A década de 50 foi caracterizada pela política desenvolvimentista, através do governo de Juscelino Kubitscheck, onde se teve um amplo desenvolvimento econômico e pouco investimento no social que causaram tensões sociais em várias

partes do país, onde JK governou por meio de seu Plano de Meta pretendendo desenvolver 50 anos em cinco anos.

O Plano de Metas constituía-se na peça chave do planejamento do período e sobre seu comando eram efetuados grandes investimentos em todas as áreas de infra-estrutura como energia e transportes e na área industrial que foram distribuídas em cinco, foram setores prioritários: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação [...] da (ROJAS (2008, p.110, apud, HAFFNER, 2002, p.43)

Na década de 60 instaura-se a Ditadura Militar, época em que as políticas sociais estiveram em segundo plano, não tendo nenhum avanço considerável no que se refere aos direitos sociais. Este período é marcado pelo arrocho-salarial, inflação, precárias condições de vida.

Na década de 70 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e em 1974 cria-se a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres com o valor de meio salário mínimo para quem contribui pelo menos um ano. Neste mesmo período é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, incorporando a LBA, a FUNABEM, a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Social Previdência Social( Faleiros 2006).

Na década de 1980 tem origem o debate sobre as políticas sociais na perspectiva de democratização brasileira, nesta época a efervescência dos Movimentos Sociais colocam em cheque a ditadura militar. Esse movimento relaciona-se à crise brasileira dos anos 1980. A chamada “década perdida”, em função do aumento da pobreza e da miséria e a luta pela democratização do Estado e da sociedade. Neste contexto intensificam-se os debates a respeito das políticas públicas.

No Brasil, o mesmo período é marcado por uma forte mobilização popular resultado da organização política da classe trabalhadora pelo fim da ditadura militar. O processo de democratização do país culminou com a aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), aprovada em cinco de outubro e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93). Pela primeira vez foram assegurados inúmeros direitos sociais para o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, a Saúde como direito universal, a Previdência Social como uma política social contributiva e a Assistência Social como política pública não contributiva, tornando-se um direito do cidadão e dever do Estado, desmitificando a ideia de “favor” e

posicionando-se como campo de conquista do direito à proteção social a todos aqueles que dela necessitam.

O movimento de redemocratização culmina em 1988, quando é promulgada a Constituição Federal. Segundo Faleiros (2006, p. 204)

[...] a Constituição se coloca como liberal-democrática-universalista, expressando as contradições da sociedade brasileira e fazendo conviver as políticas estatais com as de mercado nas áreas da saúde, previdência e assistência. A Seguridade Social é pela primeira vez consagrada no texto constitucional [...].

A Carta Magna é expressão de um amplo movimento societário, construída no seio de uma grande euforia da sociedade civil, mas, nitidamente marcada pelas contradições da sociedade brasileira, explicitando a vinculação entre o aparato público e privado. Todas as conquistas, em termos de direitos sociais, serão alvo de uma empreitada perversa, a ofensiva neoliberal. Antes, porém, de adentrar as especificidades desta ofensiva, serão delineados alguns aspectos históricos da construção da Assistência Social no Brasil.

Portanto, a Constituição de 1988 consagrou o ideário da universalização das políticas sociais no Brasil, mas com as condições econômicas de 1990, se tornava cada vez mais difícil se chegar a um universalismo, motivando assim a suposta “crise nas finanças públicas” com isso os direitos constitucionais adquiridos passaram a ser um conflito enfrentado na década, devido a implantação da doutrina Neoliberal.

Em 1990 Collor assume e seu governo é marcado por mecanismos que afetam o campo dos direitos sociais desmontando-o principalmente em relação à seguridade social, onde hegemonia neoliberal se expressa nas reformulações estatais, nos altos níveis de desempregos alcançados na desregulamentação e globalização da economia, no mercado especulativo que não respeita a soberania dos estados nacionais na desarticulação do movimento dos trabalhadores.

A partir deste contexto, a sociedade civil, através da Ong's passa a intervir no intuito de atender as necessidades mais emergentes da sociedade já que com a instauração da doutrina neoliberal, o Estado reduz sua intervenção no campo das políticas sociais.

As ONG's atuam como agentes do bem estar substituindo a política pública. A não se constituir uma rede complementar, mas assumir a

condição de “alternativa eficaz” para viabilizar o atendimento das necessidades sociais, este apelo ao “terceiro setor” ou a “sociedade civil”, aqui mistificada, configurou-se como verdadeiro retrocesso histórico. (MONTÃO, 2007, p. 62)

Percebe-se que a década de 80 e 90 foram contraditórias, pois no mesmo momento em que é instaurado a Constituição de 88 que tornou-se um grande marco em relação a garantia de direitos para a classe trabalhadora, onde a Assistência Social é reconhecida como direito de todos e dever do Estado, a década de 90 apresenta um retrocesso para esta conquista através da instauração da doutrina neoliberal que caracteriza o Estado como mínimo principalmente em que se refere as políticas sociais.

A partir desses acontecimentos ocorridos na década passada, foi criado um forte movimento de oposição ao ideário neoliberal, motivando assim a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, que trás em seu plano de governo, uma nova proposta no que se refere ao campo dos direitos sociais

Na contemporaneidade percebe-se os avanços no que tange as Políticas Sociais que partiram da busca incansável da sociedade civil por direitos sociais. Percebe-se que nos últimos anos teve-se um maior reconhecimento da sociedade em relação a construção e efetivação dos direitos sociais.

### 1.3 A LOAS, o surgimento da PNAS e a implementação do SUAS

Em 1993, através do governo de Itamar Franco é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), propondo mudanças e fortalecendo a política da Assistência Social como direito social. A LOAS deixa bem claro em seu art. 1º que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, e política pública da seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

Esses avanços tiveram continuidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003 em Brasília, aonde a mesma vem propor um conjunto de proteção que objetivam atender as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, atuando junto com as famílias no sentido de prevenir situações de risco através do

fortalecimento dos vínculos familiares, bem como de “incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange a responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado”. (BRASIL, 2005, p.5)

A PNAS , possui em dois tipos de proteção, a proteção básica e a proteção especial, onde de acordo com a PNAS, a proteção básica é ofertada através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que tem como objetivo prevenir situações de risco e vulnerabilidade social e a proteção especial é ofertada através dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que busca atender vítimas de abandono, violência, maus tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, entre outras divididas em média complexidade que ocorre quando os vínculos ainda não foram rompidos e alta complexidade que ocorre quando os vínculos foram rompidos.

Percebe-se então a importância da LOAS e da PNAS, como mecanismo que vem fortalecer a política de Assistência Social, bem como contribuem para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que consiste em organizar todo o território nacional no que se refere as ações sócio-assistenciais de forma descentralizada, participativa e não-contributiva, além disso o SUAS:

Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões no serviço, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação de resultado, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços sócio-assistenciais. (BRASIL, 2004, p. 39)

Mediante o que já foi exposto, podemos perceber que visualizar a trajetória da Assistência Social é perceber o próprio desenvolvimento dos direitos sociais, muito já se conquistou, porém é necessário que todos estes mecanismos que fortalecem a Política de Assistência Social, sejam legitimados pela sociedade.

#### 1.4 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS é a unidade básica de execução da proteção social básica, sendo ainda classificado por muitos como a porta de entrada para a Assistência Social. Esta proteção básica visa atuar na realidade social numa perspectiva de trabalho territorializada através da execução de serviços, programas, projetos e benefícios.

Outra questão que merece destaque é a exigência de que o CRAS seja instalado em territórios de vulnerabilidades social. Sem dúvida isso representa um grande diferencial, já que historicamente os equipamentos sociais eram instalados nas áreas centrais, distantes dos usuários.

O centro de referência é um espaço físico, onde funciona um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis e, função de pobreza e outros fatores de risco e exclusão social. Tem como base territorial, comunidades, regiões, bairros, onde a maior concentração de famílias nestas condições. Este serviço pressupõe para o seu funcionamento, a existência de uma rede básica de ações assistenciais na mesma base territorial, (CASTRO, 2009, p.7)

O CRAS é um local de acesso aos direitos socioassistenciais as famílias inseridas naquela área de abrangência, no intuito de permitir as mesmas o acesso aos serviços disponíveis na rede, na busca da superação das condições de vulnerabilidade social.

Seu objetivo maior é potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade promovendo seus membros e possibilitando ações intersectoriais que visem a sustentabilidade; de modo a romper o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e evitar que as famílias, seus membros e indivíduos tenham direitos violados recaindo em situações de risco. (SIMÕES, 2009. p. 316).

Para tal função, o espaço físico do CRAS deve ser adequado aos serviços prestados, tendo que dispor segundo o Brasil (2009) de uma recepção, uma sala de atendimento, uma sala de uso coletivo, uma sala administrativa, copa e banheiros. Em relação à equipe técnica, o CRAS deve dispor de 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 01 Agente Administrativo, 01 Coordenador, sendo que esta quantidade de profissionais que compõe a equipe técnica referenciada corresponde de acordo com o Brasil (2009) com capacidade de atendimento anual de 500 famílias.

O CRAS pode ser caracterizado com um espaço físico localizado nas regiões mais vulneráveis do município no intuito de prestar atendimento socioassistencial. O Assistente Social identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias referentes ao território de abrangência, acolhe, informa e insere em atividades coletivas e/ou se for necessário, encaminha para outros equipamentos.

Nessa condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Não por acaso, são conhecidos também pelo nome de Casas das Famílias. Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade. (BRASIL, 2007, p. 02)

Diante do exposto, podemos dizer que o CRAS, enquanto um equipamento da política de Assistência tem o objetivo de garantir o acesso aos serviços socioassistenciais para as famílias que são o público alvo da Política de Assistência Social que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social.

É válido ratificar que o CRAS, é uma unidade do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que é descentralizada e estrategicamente territorial, possibilitando assim, a aproximação da população e identificando as desigualdades, por meio de um equipamento de prestação de serviços referentes proteção social básica.

Trataremos mais especificamente das ações do CRAS no acompanhamento aos trabalhos desenvolvidos com os idosos.

## CAPITULO II- ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

O capítulo a seguir abordará os conceitos e significativos da velhice, assim como do processo de envelhecimento, suas configurações no Brasil no âmbito social, dando foco a Política de Assistência Social voltada para o Idoso, considerando e expondo as conquistas dos direitos garantidos em lei.

O envelhecimento é interpretado de diferentes maneiras, porém vêm sendo considerado um momento no qual se percebem algumas mudanças físicas, biológicas, sociais e psicológicas que interferem significamente na vida do individuo. A partir dessas mudanças a vida do idoso começa a sofrer modificações nas mais simples atividades realizadas cotidianamente pelo mesmo, bem como no que refere sua relação a sociedade onde vive.

Sobre envelhecimento ROACH esclarece que:

Há quatro características básicas do processo de envelhecimento: É um processo universal, todas as pessoas envelhecem, exceto quando a morte ocorre na idade jovem, é um processo progressivo, mas nem todos mostraram sinais de envelhecimento compatíveis com a idade cronológica, é um processo intrínseco á natureza; parece originar-se de dentro do corpo, o envelhecimento é afetado por fatores extrínsecos, que se originam fora do corpo e afeta o processo de envelhecimento, tais fatores incluem ambiente, padrão de vida e aos mecanismos de enfrentamento (ROACH, 2003, p.20)

As mudanças sociais mexem muito com a vida do idoso e sua família, trazendo assim diversos fatores que são visíveis como, por exemplo, a crise de identidade quando o mesmo sente-se inútil, sem nenhum valor, que contribui também para a perda da auto-estima; as mudanças de papéis no trabalho e na família, que vem sendo adequadas as novas condições sociais e também as físicas; as perdas diversas como o poder decisório, a perca de contato com amigos e parentes; que aparecem como conseqüência das limitações por conta da idade e com a diminuição das possibilidades trazidas pela nova fase desta vida.

A partir do momento que se teve um reconhecimento maior sobre o envelhecimento passou a referir-se agora como a “terceira idade”, termo este que surgiu na década de 1960 na França. E que segundo Teixeira (2008, p.112):



Vem a fim de exprimir uma nova realidade de velhice, não mais associada a tempo de vida marcado pela miséria, doença e decadência, mas um tempo de atividade desligadas da vida profissional, um tempo específico de lazer, em que novos valores coletivos são elaborados. Deixando de ser uma problemática social e se tornando um agente mobilizador do capital, consumindo bens e serviços.

O Brasil apresenta um acelerado crescimento em relação a população idosa. Este processo de transição demográfica têm-se mostrado mais acelerado quando comparado a outros países, estimando-se que a proporção de idosos a qual representava 7,3% da população no ano de 1991, atingirá aproximadamente 15% no ano de 2025 (SILVESTRE, 2003). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), havia cerca de 10 milhões de idosos em 1990. Em 2000, este número aumentou para 15 milhões e, em 2025, espera-se atingir a marca dos 34 milhões. Sobre esta questão, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1984) estima que, neste ano, o Brasil será o sexto país do mundo em população de idosos e terá expectativa de vida na faixa etária dos 80 anos para homens e mulheres. Se continuar nesse ritmo de crescimento no ano de 2050, o Brasil terá 63 milhões de idosos.

O crescimento da população idosa no Brasil traz desafios cada vez maiores aos serviços e aos profissionais de saúde, pois com isso aparecem as inevitáveis doenças e muitas delas de forma crônica. Dentre essas doenças as mais frequentes são a hipertensão arterial sistêmica, doenças osteoarticulares, diabetes, entre outras, fatos que exigem tratamento medicamentoso prolongado e contínuo, sem esquecer ainda a participação de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e outros (LOYOLA, 2005).

Já a organização Pan-Americana de saúde (OPAS) define envelhecimento como:

Um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie de maneira que o tempo o tome menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte (BRASIL, 2006)

Dados estatísticos de órgãos como o IBGE mostram a evolução do envelhecimento da população, atualmente a estimativa de vida é de mais de 65 anos. Com esses dados constata-se que envelhecimento vem ocorrendo de forma

acentuada em desenvolvimento, e isto é ocasionada pela diminuição da taxa de fecundidade, da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida nas idades mais velhas (LOYOLA, 2005).

O recente aumento deste segmento populacional, observado de forma vertiginosa nas duas últimas décadas, tornou-se uma questão de magnitude no cenário brasileiro, ou melhor, tornou-se uma questão social. Posto que, estes têm expressiva participação e atividade na sociedade, seja direta ou indiretamente, não podendo, portanto, permanecer à margem da vida nacional. Os desafios trazidos pelo envelhecimento da população têm diversas dimensões e dificuldades, mas nada é mais justo do que garantir ao idoso a sua integração na comunidade que surge através de reivindicações por parte de indivíduos pertencentes a esta classe com o intuito de ter seus direitos valorizados e garantidos, as lutas sociais por a redemocratização do Estado e da sociedade, foi de suma importância para o reconhecimento dos direitos por parte da sociedade e do Estado.

No Brasil os idosos tiveram seus direitos legalizados através da lei que os regem, o Estatuto do Idoso foi de suma importância para essa classe. Contudo mesmo com a lei que deveria dar total proteção aos idosos há muito a melhorar, os idosos ainda sentem na pele o peso do preconceito, e não são respeitados de acordo com o que consta na lei.

Como está exposto nos artigos 9º e 10 do Estatuto do Idoso:

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

Ainda não aconteceu reconhecidamente a legitimação dessa lei, enquanto a maioria da população tratar os idosos como “um estorvo”, discriminando-o, isso não acontece, cada um deve buscar em si a consciência de que mais tarde estaremos na situação de uma pessoa idosa e então como iríamos querer ser tratados. A conscientização a respeito do valor que tem a pessoa idosa é muito importante e necessária é uma realidade simples mas que nem todos querem entender.

Um fator que contribui bastante para que o idoso seja visto assim é a sociedade capitalista na qual estamos inseridos que visa apenas o poder de consumo, assim como a obtenção de lucro. O idoso por ser visto como um indivíduo cheio de limitações, um ser não produtivo e também já sem nenhum poder de decisão, é cotado fora dessas exigências do sistema capitalista e assim é tido como uma pessoa inútil ou inválido sendo assim descartado pela sociedade.

[...] Em verdade, se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz melhor. Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que autorizam grandes façanhas; são outras qualidades, como a sabedoria, a clarividência, o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, mas, ao contrário, pode especialmente se valer (CÍCERO, 1997, p. 18)

Em face de tudo que vem a acontecer com o idoso o que realmente será necessário é uma tomada de atitude em relação ao modo de vida dessas pessoas, que mesmo garantidas por lei mesmo que “no papel” venham a ter uma motivação para que se tornem autoconfiantes e se sintam pessoas valorizadas através de atividades que deveriam ser desenvolvidas em função dessa melhor qualidade de vida desses que já contribuíram tanto para o desenvolvimento do nosso país.

## 2.1 Mecanismos que vem fortalecer o direito do idoso

Diante de todo o processo exposto no tópico acima, o Estado sente a necessidade de está viabilizando direitos à pessoa idosa, visto que esta categoria está em grande crescimento no Brasil, onde em 1970 o Ministério do Trabalho e Previdência Social regularizou a assistência social aos idosos, direcionada apenas para os beneficiários do sistema previdenciário, mais só foi sancionada em 04 de janeiro de 1994 a Lei 8.842/1994, que constituía a Política Nacional do Idoso (PNI).

A Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96, estabelece direitos sociais, garantia da autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade, como instrumento de direito próprio de cidadania, sendo considerada população idosa o conjunto de indivíduos com 60 anos ou mais.

As políticas públicas governamentais têm procurado implementar modalidades de atendimento aos idosos tais como, Centros de Convivência – espaço destinado à prática de atividade física, cultural, educativa, social e de lazer, como forma de estimular sua participação no contexto social que se está inserido.

A Lei nº 8.842/94 criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo a capacitação dos médicos na área da gerontologia, assim como a atuação de profissionais de varias áreas; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento.

O idoso vive uma situação difícil, não muito favorável na sociedade, um fator que interfere brutalmente no equilíbrio psicossocial do idoso é a perda da sua autonomia e da capacidade e direito do indivíduo em poder leger, ele mesmo, as regras de sua conduta, a orientação de seus atos e os riscos inerentes a eles, além da possibilidade de realizar suas atividades sem a ajuda de terceiros, repercutindo em seu exercício pleno de ser social e de cidadania.

A improdutividade humana que ocorre com a velhice segundo Beauvoir (1976), pode ser entendida como um fenômeno biológico com conseqüências psicológicas considerado típico da idade avançada. As mudanças emocionais pela perda progressiva de fatores culturalmente valorizados como saúde, beleza, carreira, segurança financeira, status e, conseqüentemente, baixa na auto-estima, devem também ser encaradas como naturais e inerentes ao momento etário.

Mas para que essa situação venha a se tornar um pouco diferente alguns deles contam com a família que tem um papel importante na vida de cada um, sendo uma espécie de ponto de apoio para os mesmos.

O papel da família é buscar prover o bem-estar de seus idosos, assim como fazer com que suas limitações se tornem menos difíceis e desagradáveis, ajudando-os a transformar essas dificuldades que com o passar dos anos são cada vez maiores em aprendizado. Essa família tem o papel de fazer com que o idoso se torne um ser útil dando ênfase a sua experiência de vida e não destacando suas limitações, dando-lhe amor, carinho e o respeito que tanto merecem, embora não seja sempre o quadro que detectamos na nossa sociedade.

Nesse contexto há também uma realidade bem contrária a situação citada acima, assim como existem esses idosos que contam com sua família como porto seguro, que recebem o respeito e o amor necessário, há outros que já não contam com esses gestos e afetos, os idosos aos quais menciono são os que têm seus direitos violados muitas vezes sofrendo até violência das mais variadas espécies, são mantidos em casa apenas para que seus benefícios sejam usufruídos e não recebem se quer tratamento adequado. Os idosos que são tidos apenas como um fardo a ser carregados são jogados em asilos ou casas para idosos, muitos são abandonados a própria sorte e não recebem se quer uma visita.

Esta solidariedade familiar [...] só pode ser reivindicada se se entender que a família, ela própria, carece de proteção para processar a proteção. O potencial protetor e relacional aportado pela família, em particular em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas (CARVALHO, 2003, p. 19).

Contudo a sociedade deve buscar meios para mudar esse quadro tão triste no qual vivem a maioria desses idosos, apesar de terem sido aprovadas políticas, de existirem programas que favorecem essa classe ainda é muito pouco para garantir que esses direitos já conseguidos com tanta luta sejam de fato postos em prática no cotidiano.

De acordo com o Estatuto do Idoso em seu artigo 8º que vem reafirmar o que diz a Constituição Federal o envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social. Um direito fundamental da pessoa humana, previsto no texto constitucional é a vida. Desta forma, Paulo Alves Franco (2004, p.34-35) relata que:

Viver e envelhecer são direitos personalíssimos da pessoa humana protegida pela legislação. A proteção do envelhecimento é um direito social que há de ser respeitado por quem quer que seja não podendo ser violado em qualquer hipótese. A violação desse direito atribui ao agente responsabilidade penal, civil e administrativa, conforme o caso.

Segundo Moragas (2004,p.23), a velhice vem aparecendo com frequência através dos meios de comunicação, com destaque em casos de abandono, abuso, delito, conduta extravagante e etc., e o que falta é um tratamento técnico do tema em questão.

Cabe a nós interessados por esse tema buscar junto ao Estado melhorias para a classe dos idosos que futuramente também poderemos fazer parte.

A Política Nacional do Idoso (PNI) tem como objetivo assegurar os direitos sociais voltados para classe promovendo a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, onde através de artigos vem certificar a responsabilidade do Estado, da família e da própria comunidade a auxiliar e realizar a efetivação dos direitos defendidos por lei.

A Lei da Política Nacional do Idoso em seus princípios preconiza que:

I- a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito a vida;

II- o processo de envelhecimento diz respeito á sociedade em geral, devendo ser o objetivo de conhecimento e informação para todos;

III- o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza

IV- o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivada através dessa política;

V- as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. ( Lei nº 8.842, Art.3º).

A questão social do idoso, face à sua dimensão, exige uma política ampla e expressiva que suprima, ou pelo menos amenize a cruel realidade que espera aqueles que conseguem viver até idades mais avançadas. Após tantos esforços realizados para prolongar a vida humana, seria lamentável não se oferecer às condições adequadas para vivê-la. Eis que, em outubro de 2003, foi sancionado pelo governo brasileiro o Estatuto do Idoso estabelecido pela Lei Nº 10.741 de 01/10/2003, acrescentando novos dispositivos à Política Nacional do Idoso. Buscando garantir às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos proteção à vida e à saúde, bem como a outros serviços.

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes á pessoa, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou outro meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual,

espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 2003, p.3).

De acordo com o Estatuto do Idoso capítulo I- Art.9º “É obrigação do Estado, garantir á pessoa idosa a proteção á vida a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Para Teixeira (2008; p.265) a Política Nacional do Idoso:

Passou não apenas a regular as diversas iniciativas privada e pública de ações de proteção ao idoso, criando princípios e diretrizes a cima citadas para uniformizá-las, mas também a legalizar formalmente e incentivar essas instituições privadas como executoras da política (...) as lutas e a Constituição Federal de 1988 não foram capazes de romper e de mudar, sob a retórica da participação da sociedade civil nas decisões, gestão, execução e fiscalização das políticas, expressas nos princípios de descentralização e participação social.

O idoso necessita estar engajado em atividades que o façam sentir-se útil, ocupações que lhe proporcionem prazer e felicidade, as participações em grupos ajudam o idoso a interagir e isso contribui significativamente em sua qualidade de vida.

Promover o envelhecimento saudável é, portanto, tarefa complexa que inclui a conquista de uma boa qualidade de vida e o amplo acesso a serviços que favoreçam lidar com as questões do envelhecimento da melhor maneira possível. É vital ampliar a consciência sobre o envelhecer e os recursos para manutenção da saúde no processo de envelhecimento, ao mesmo tempo fortalecendo e instrumentalizando a população em suas lutas por cidadania e justiça social.

É importante conhecer as reais necessidades das pessoas idosas, as mudanças que acontecem no decorrer do tempo, seus mecanismos, anseios e deficiências. Assim será possível criar estratégias através de programas de prevenção e intervenção para que sejam executados no âmbito familiar, nos grupos da terceira idade, nas casas para idosos, no intuito de buscar contribuir para melhores condições de vida destes indivíduos.

## 2.2 O CRAS e a importância do trabalho realizado para com o idoso

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, financiou a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Naquele momento, foram instalados 454 CRAS, em 31 Municípios e em 2006 houve um salto significativo, sendo contabilizados 2.244 CRAS, em 1.621 municípios (BRASIL, 2006, p).

É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais intra-urbanas e a importância presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades. (MDS, 2003)

De acordo com a Política Nacional da Assistência Social - PNAS e seguindo sua orientação o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS foi implantado em Missão Velha –Ceará na data de 30 de dezembro de 2008 localizado à travessa Tabelião José Jacomé nº 283 no bairro Maternidade, em uma parceria da Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Assistência Social e o governo Federal. Hoje o CRAS conta com uma equipe interdisciplinar, formada por 01 Coordenadora, 03 Assistentes Sociais , 01 Psicóloga, 01 Fonoaudióloga, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Agente Social, 01 Auxiliar de Serviços Gerais, 01 Cozinheira , 01 Guarda Municipal.

O CRAS I está vinculado à Política de Proteção Básica, a qual desenvolve serviços que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de sociabilidade, do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004).

São realizados junto a população que é atendida pelo CRAS I os seguintes serviços: Reunião, Visitas Psicossociais, Escuta Psicológica, Inclusão Produtiva, Cadastros, Palestras, Cursos, Oficinas, Acompanhamentos das condicionalidades do PBF, Pró – Jovem, Orientação social, Campanhas Temáticas, Grupos (Idoso e



sócio educativos). O CRAS I trabalha com a média de 310 famílias atendidas anualmente nas atividades descritas acima, sendo inscritas aproximadamente 800.

Dando ênfase ao grupo de convivência para idosos no CRAS I o encontro do grupo é realizado quinzenalmente, e é coordenado por uma Assistente Social que proporciona para esses idosos diversas formas de entretenimento, trocas de experiências, assim como são desenvolvidas atividades lúdicas, e o acesso a informações que os auxiliam na prevenção e cuidados usando como recursos panfletos, palestras que são realizadas com outros profissionais como da área de saúde por exemplo, esclarecendo os a respeito de várias doenças como diabetes, hipertensão entre outras.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), torna-se relevante ressaltar acerca das atribuições e competências do CRAS como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF; Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Dando destaque aos Centros de Convivência para Idosos que vem com o intuito de exercer o convívio e a integração social, que de acordo com a definição, no Decreto de nº 1.948, de 3 julho de 1996, que regulamentou a lei é de serem locais destinados à permanência diurna de idosos, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania. Esses Centros de Convivência para idosos são importantes locais para se desenvolver um envelhecimento mais sadio e ativo, uma vez que frequentados esses Centros os idosos são incentivados a viver com mais disposição, a terem uma vida social mais ativa, uma melhor condição física e mais motivações para desenvolverem atividades culturais e o lazer, assim como uma maior participação nas decisões e no aprendizado de como fazer melhorias para o bem comum, aumentando assim a auto estima de todos.

Existe um cuidado para que esses idosos tomem conhecimento de seus direitos através do Estatuto do Idoso facilitando assim o usufruto dos mesmos, viabilizando acesso a diversos meios e usando esses direitos a seu favor buscando assim a tentativa de fazer da realidade de vida desses idosos cada vez melhor, com menos preconceitos e com mais qualidade.

Esse trabalho também deveria ser realizado junto a família e a sociedade o que proporcionaria um maior conhecimento e respeito aos direitos estabelecidos para os idosos favorecendo assim a legitimação dessas ações.

## CAPÍTULO 3- METODOLOGIA

### 3.1. Procedimento metodológico

A metodologia da pesquisa deve ser entendida como o conjunto detalhado e seqüencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação (BARRETO; HONORATO, 1998).

A pesquisa é um instrumento de fundamental importância para o conhecimento aprofundado de uma dada realidade. Sendo assim, de acordo com Vieira e Mattos (2001) a metodologia é uma palavra que tem origem grega na qual significa o pensar que vem possibilitar o entendimento e o aprofundamento de uma determinada pesquisa ou seja , a pesquisa é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho.

Pode-se definir a pesquisa, como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo, proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder aos problemas. [...] Na realidade, a pesquisa desenvolve - se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2009, p 17).

Em linhas gerais o importante não seria de colocar a pesquisa qualitativa versus a pesquisa quantitativa, a questão não vem decidir por uma ou pela outra, esta questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica.

Considerando os recursos existentes para lidar com uma determinada pergunta científica, fica assim para o pesquisador a tarefa de encontrar e utilizar a abordagem que lhe permita chegar a um resultado que melhor contribua para o avanço do bem - estar social, num tempo mínimo.

Segundo Ventura (2002), são incompatíveis e absolutamente diversas as classificações da metodologia que se pode encontrar na literatura especializada.

Diante este processo de construção do trabalho, é necessário que se defina os traçados metodológicos para que se possa atingir os objetivos propostos assim para buscar respostas para as inquietações da pesquisadora , se faz necessário a aplicação de um questionário que segundo Vieira e Mattos (2001) é um mecanismo, onde o pesquisador faz as perguntas baseadas em seus objetivos , passando para

algumas pessoas do seu interesse responder, onde tais perguntas devem ser claras e objetivas no intuito de não correr o risco de desestimular o entrevistado;

O questionário é a forma mais usada para colocar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informa e preenche (CERVO BERVIAN, 2002, P.48)

Este questionário contém pergunta de cunho subjetivo e objetivo, caracterizando a pesquisa como quali-quantitativa.

É necessário pontuar que segundo Cruz e Ribeiro (2004) todas as áreas de pesquisa supõe o auxílio da pesquisa bibliográfica prévia, onde de visa buscar o levantamento dos trabalhos realizados anteriormente sobre a temática aqui apresentada.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, temática ou problema (CERVO BERVIAN, 2002 p. 65).

Muitos autores consideram a pesquisa como atividade humana, como o propósito de descobrir respostas para as questões significativas através do processo científico. Minayo (1993, p. 23), numa abordagem mais filosófica considera pesquisa como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inoculado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (Minayo, 1993, p. 23).

Para Minayo (2000, p. 17) “é a pesquisa que alimenta a atividade do mundo e a atualização frente à realidade do mundo” e refere ainda que a metodologia da pesquisa é o caminho do pensamento e a experiência da realidade.

Ainda de acordo com Minayo (2000), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, valores e atitudes que corresponde a um espaço das relações, dos processos e dos fenômenos, que começa com um problema ou uma pergunta denominado fase exploratória da pesquisa.

Para Leopardi (2001), não significa que a investigação qualitativa seja qualificada, mas que se ocupa de aspectos qualitativos da realidade, sendo assim a pesquisa quantitativa tem sua importância por abordar aspectos sobre as relações quantitativas entre as variáveis da realidade, sujeitando suas conclusões à comprovação estatística, muitas vezes este tipo de pesquisa passa por avaliações rigorosas desde a formulação do problema até a comprovação da hipótese testada, daí a linguagem científica ter sido por muito tempo fria e impessoal.

A entrevista como define Haguette (1997:86) como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A entrevista como coleta de dados é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo.

Através da mesma os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, entre outros. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois eles se relacionam com os valores, atitudes e opiniões das pessoas entrevistadas.

Foi privilegiada no processo a entrevista semi-estruturada, pois esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

### 3.2. Técnica de coleta de dados

Após a coleta de dados, foi realizada a análise dos mesmos, sendo interpretado segundo a técnica da pesquisa qualitativa, através das suas respostas que serão transformadas em informações capazes de auxiliar os envolvidos na pesquisa e as demais pessoas interessadas no tema e assim tentar manter as relações sociais.

É importante ressaltar que antes da coleta de dados o tema da pesquisa foi explicado e também foi concedida a autorização para a realização da mesma, seguindo os aspectos éticos, e esclarecendo o objetivo do presente estudo.

A partir da coleta dos dados, foi realizada a análise das questões abertas e a tabulação das questões fechadas de acordo com o estudo e relação de literaturas a cerca do tema estudado dando ênfase ao objetivo da pesquisa.

Desta forma, num universo de 36 idosos inscritos no grupo de convivência do CRAS I em Missão Velha, trabalhamos com 13 entrevistados, o que significa um percentual aproximado de 36%.

Outro mecanismo utilizado pela pesquisadora foi a observação realizada no período de estágio I e II, com o intuito de compreender o objetivo de estudo que Cruz e Ribeiro (2004) diz que se refere à observação atenta de um objeto que desperta interesse pela pesquisadora. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa através de gráficos como forma de dar um parecer final a respeito dos estudos feitos.

### 3.3- Apresentação e discussão dos dados

O grupo de convivência para idosos que é realizado no CRAS I conta hoje com 35 idosos cadastrados, com idade entre 60 a 80 anos, residentes no município de Missão Velha e no bairro Maternidade onde se localiza o CRAS I. Participam do grupo assiduamente 13 idosos que se disponibilizaram a responder todas as perguntas contidas no questionário.

A coleta não apresentou dificuldades, todos os entrevistados responderam de forma satisfatória, houve engajamento por parte dos entrevistados facilitando assim a pesquisa que foi realizada sem nenhum entrave.

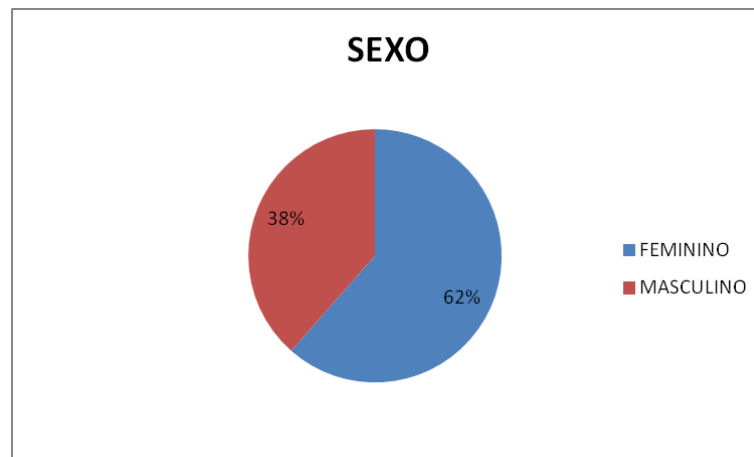
A análise e discussão dos dados foram baseadas na materialização da fala que foram obtidas através de questionários aplicados com os usuários entrevistados que participam do grupo de convivência para idosos realizado no CRAS I, no bairro Maternidade onde, também residem os entrevistados, o questionário continha perguntas abertas e fechadas.

A análise e interpretação dos dados se deram por meio das observações qualitativas e quantitativas expressas nos gráficos, que serão mostrados posteriormente. Foi privilegiada no processo a entrevista semi-estruturada, pois esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Por questão de ética os nomes dos entrevistados foram substituídos por números e enumerado conforme o total de participantes. Os dados foram colhidos no período do estágio I e II realizado entre outubro de 2010 e março de 2011.

A organização da análise dos dados foi realizada de acordo com o tipo de questionamento feito aos participantes da pesquisa, assim para as questões objetivas tanto de caráter qualitativa, quanto quantitativas, realizou-se a análise por meios de estatística descritiva e os resultados dispostos em gráficos.

### **Grafico I – Distribuição da Amostra em relação ao sexo dos participantes**

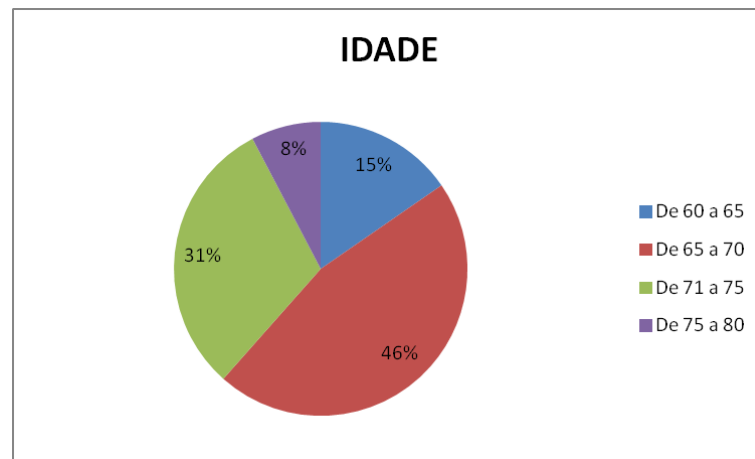


Fonte primária/ 2012

A amostra pesquisada é constituída por 62% de participantes do sexo feminino e 38% de participantes do sexo masculino, ratificando o que o Censo (2010) ressalta que existem 95,9 homens para cada 100 mulheres no Brasil em 2010, ou seja, existem mais 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil.

Também as mulheres nesta face sentem a necessidade do agrupamento e se identificam com as atividades propostas no grupo como podemos perceber apenas 38% dos participantes que é representado por 5 pessoas são de homens que frequentam esse grupo.

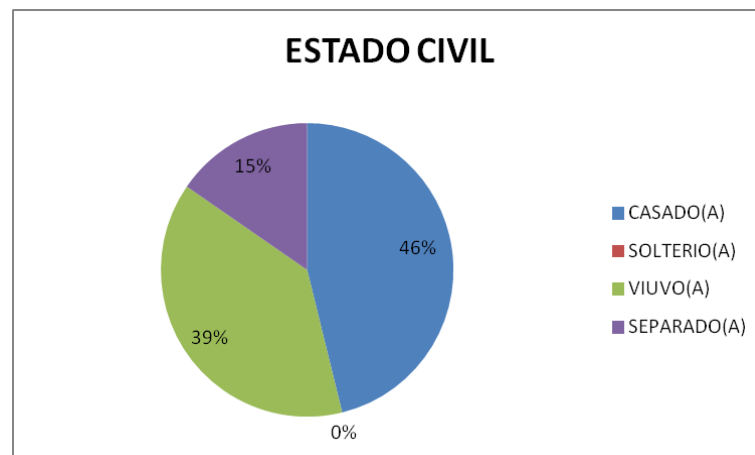
### Grafico II – Distribuição da Amostra segundo a faixa etaria



Fonte primaria/ 2012

A faixa etária encontrada entre os participantes foi de 60 a 65 anos com 15% da amostra ; 65 a 70 anos com 46% da amostra sendo esta a faixa etária predominante ; 71 a 75 anos com 31% da amostra ; e 75 a 80 anos de idade com 8% da amostra. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 2050 o número de homens e mulheres com 60 anos ou mais deverá subir dos 690 milhões atuais para quase 2 bilhões de pessoas, 64 milhões delas apenas no Brasil.

### Gráfico III – Distribuição da Amostra em relação ao Estado Civil



Fonte primária/ 2012

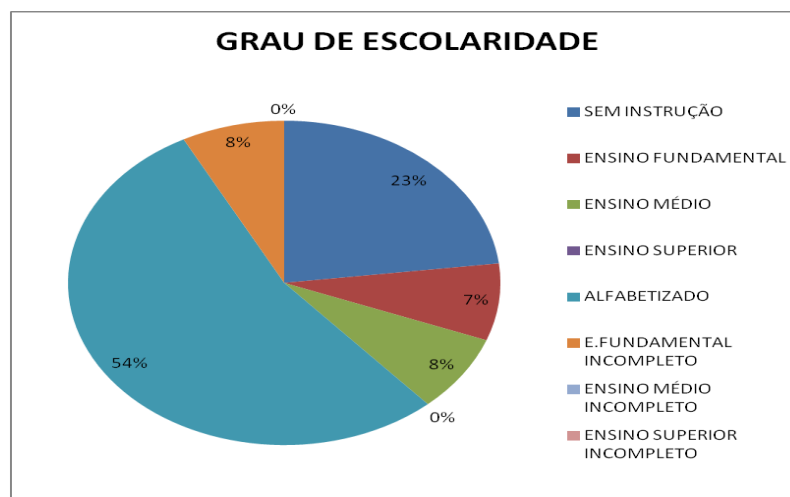


Quanto ao estado civil (6) que corresponde a 46% da amostra dos participantes da pesquisa são casados, já (5) é correspondente a 39% dos participantes declararam ser viúvos, 15% que é representado por (2) dizem ser separados.

A família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de formas, que se atrelam a inadequação dos diversos modelos da tradição (Saraceno, 1997) os modelos e/ou variações de famílias na atualidade surgem a partir de diversos contextos que fazem com que novas adequações sociais sejam propostas fazendo da nossa sociedade dinâmica e dissolvendo o modelo de família tradicional.

Observamos que mesmos os casais sendo cadastrados juntos não freqüentam conjuntamente os encontros, segundo os entrevistados relataram ser por motivos diversos como saúde, ou afazeres domésticos. Porém todos os participantes têm o mesmo objetivo procuram diversão e novas amizades.

#### **Grafico IV - Distribuição da Amostra segundo o Grau de Escolaridade**



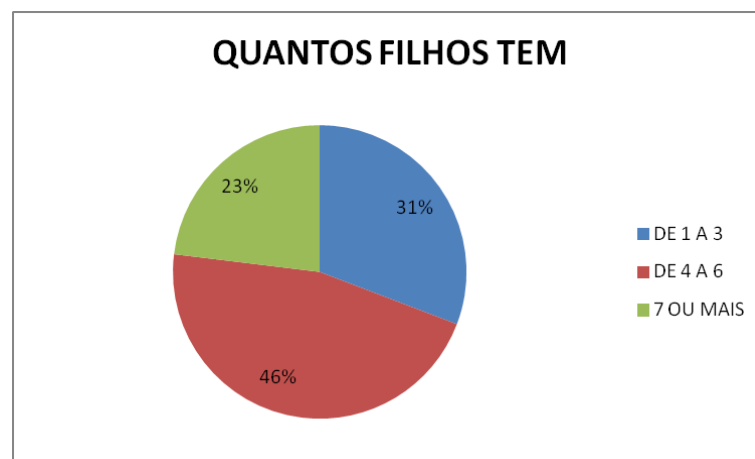
Fonte primária/ 2012

Em virtude de pertencer a famílias de baixa renda e das dificuldades de acesso a escola no período da infância e juventude, os idosos afirmam que trabalhavam para ajudar a família. Muitas vezes submetidos a trabalhos braçais os quais são desgastantes e inviabiliza e/ou desencorajam a busca pelos estudos.

É imprescindível destacar que vivenciamos um expressivo cerco de desigualdades intrínseco ao sistema capitalista, posto que as seqüelas inerentes ao mesmo sejam bem enfáticas e deixa evidente o sistema de acumulação das riquezas nas mãos de poucos.

Da amostra pesquisada, 54% que é representado por (6) são de pessoas alfabetizados, outros (2) que é correspondente a 23% não tinha instrução nenhuma, 8% representado por (4) iniciaram no ensino fundamental e, mais (1) referem-se a 8% no ensino médio que não chegaram a concluí-lo, por fim (1) corresponde a 7% concluíram o ensino fundamental.

#### **Gráfico V- Distribuição da Amostra segundo o número de filhos**

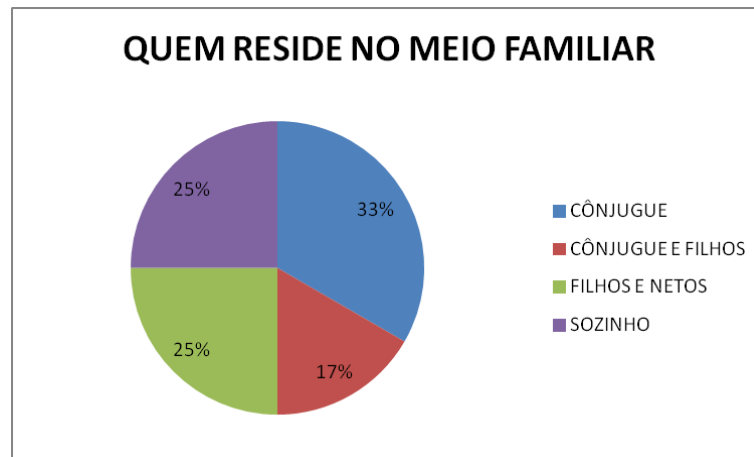


Fonte primaria/ 2012

Com relação ao número de filhos dos participantes observou - se que 31% correspondente a 4 dos participantes tem de 1 a 3 filhos; já 46 % dos participantes representados por 6 pessoas tem de 4 a 6 filhos essa amostra foi predominante; e 23 % que incide em 3 pessoas tem 7 filhos ou mais em sua composição familiar.

Nos dias atuais as famílias estão cada vez menores , o sistema capitalista exige cada vez mais das pessoas que muitas vezes deixam de lado sua vida pessoal , sua família para atenderem a um padrão de exigência da sociedade.

**Grafico VI - Distribuição da Amostra segundo a convivência familiar**



Fonte primaria/ 2012

Em se tratando da convivência familiar 33% dos entrevistados vivem apenas com o (a) conjugue e afirmam viverem bem, 25% moram com filhos e netos, outros 25% vivem sozinho e 17% convivem com seus (as) conjugues e filhos. Dando ênfase a família o idoso que tem uma boa relação com a mesma que tem a chance de conviver com os seus familiares sendo tratado com respeito e dignidade recebendo o valor merecido, vivera com certeza uma vida cheia de alegrias , sem preconceitos .

Segundo Karsch (1998), outro fator determinante para o familiar tornar- se o cuidador é a obrigação e/ou dever que o mesmo tem para com o idoso. Isto pode ser entendido como um sentimento natural e subjetivo ligado a um compromisso que foi sendo construído ao longo da convivência familiar.

**Gráfico VII – Distribuição da Amostra segundo a relação com a família**



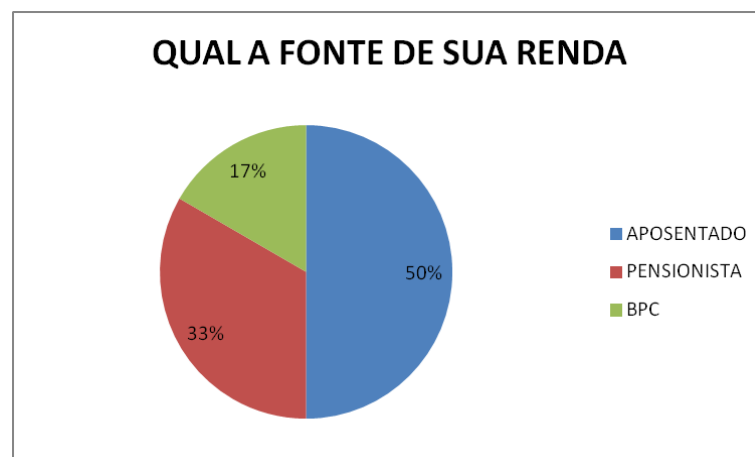
Fonte primaria/ 2012

Em se tratando da relação com a família 85% que representa 11 dos participantes afirmaram ter uma boa relação com a família, já 2 pessoas correspondente a 15 % responderam que tem uma ótima relação com seus familiares. Considerando a solidariedade familiar de extrema importância para os idosos, no sentido de contribuir para a manutenção de sua participação e integração na sociedade, Peixoto (2004, p. 74) afirma que:

Se o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda, se o orçamento público para as políticas sociais diminui a cada ano, se o seguro-desemprego e o seguro-doença são ínfimos, e se os raros programas sociais existentes são destinados a uma parcela restrita da população brasileira, a família é o único apoio que resta.

A presença de um idoso na família tem muito a acrescentar uma vez que ele além de carregar consigo uma história de vida e de experiências, é muitas vezes também um transmissor de crenças e valores que contribuem para a transformação de uma sociedade melhor, e representa ainda a história da estrutura familiar em si. A família deve ser sem dúvidas o ponto de apoio para esses idosos em qualquer situação.

#### **Gráfico VIII - Distribuição da Amostra segundo aposentadoria**

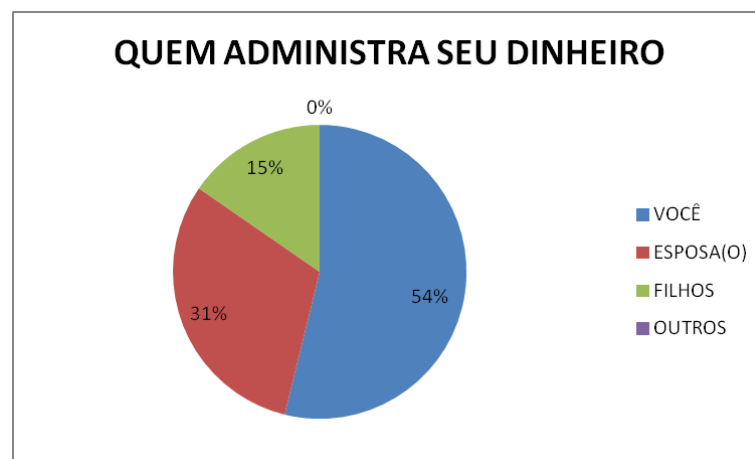


Fonte primária/ 2012

De acordo com a resposta 50% dos participantes, total que corresponde a 6 pessoas são aposentados, essas aposentadorias são fruto dos trabalhos rurais e/ou agricultura, outros 4 entrevistados referentes a 33% da amostra são pensionistas, já 17% da amostra que são representados por 2 dos entrevistados são recebedores

do BPC. Cabe aqui um parêntese, cuja finalidade é chamar a atenção para um movimento que vem se delineando nos dias atuais, sinalizando uma valorização do idoso, no sentido da desconstrução dessa imagem negativa do aposentado. O aumento da taxa de desemprego que vitima a população jovem nos últimos vinte anos faz com que os benefícios previdenciários dos idosos, em muitos casos, sejam a única fonte de renda das famílias (Camarano, 2002).

### Gráfico IX - Administração do dinheiro

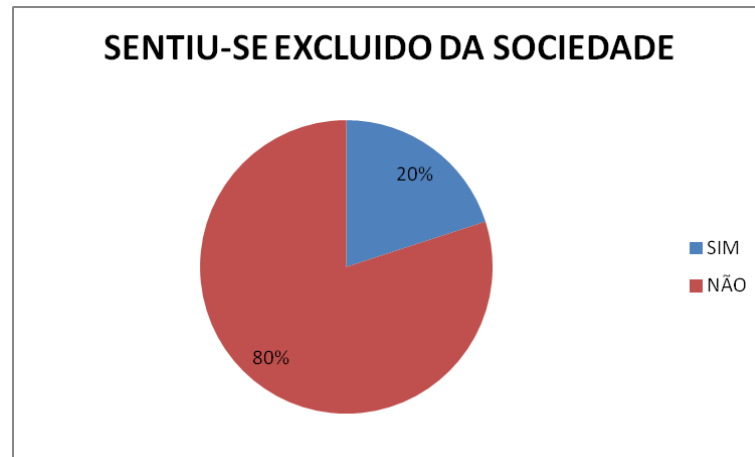


Fonte primaria/ 2012

De acordo com os participantes 54% da amostra referentes a 6 entrevistados afirmam serem eles (as) mesmos a administrarem o dinheiro recebido, 31 % da amostra correspondente a 4 pessoas relatam serem seus esposos (as) que administram o seu benefício, já 15 % afirmam serem os filhos a administrarem a sua renda esse total é referente a 3 entrevistados.

Os idosos aposentados ou não, deveriam desfrutar de sua vida com bastante atenção e cuidados , a aposentadoria ou benefícios devem ser administrados com dignidade e direcionados principalmente ao usufruto dos idosos que são ou deveriam ser os maiores beneficiados. Os estudiosos na área da Gerontologia Social revelam que o trabalho torna-se um dos elementos relevantes que interfere de forma positiva na longevidade. Ainda é necessário se construir espaços para essa geração madura que pode e continuará ativa. No contexto tual, os cidadãos necessitam modificar seu perfil de conduta referente aos Idosos.

### Grafico x - Distribuição da Amostra segundo a sociedade

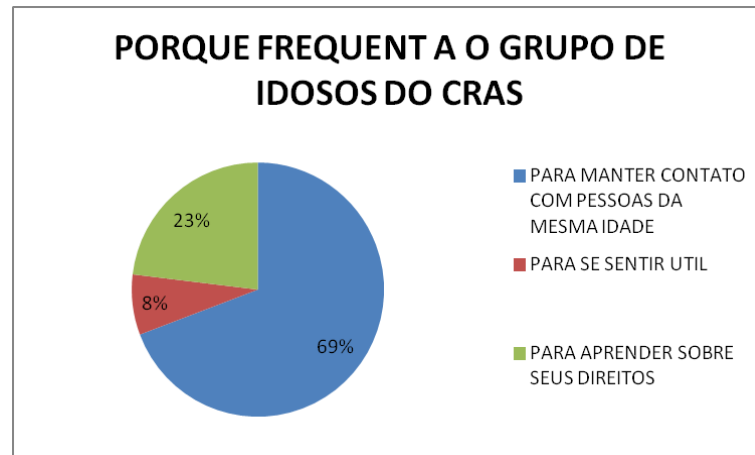


Fonte primária/ 2012

O gráfico mostra um ponto importante, onde revela se os idosos sentiram-se excluídos da sociedade, como podemos perceber 80% destes não referiram se sentir excluído da sociedade, já os 20% restante sentem-se excluídos da sociedade pelo fato de serem idosos. O modelo capitalista fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social.

A Lei nº 8.842/94 criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Diante disto, vemos a importância da inclusão do idoso na sociedade, pois assim podemos contribuir com o seu bem-estar e proporcioná-lo uma melhor qualidade de vida.

### Grafico XI - Distribuição da Amostra segundo a participação no grupo



Fonte primária/ 2012

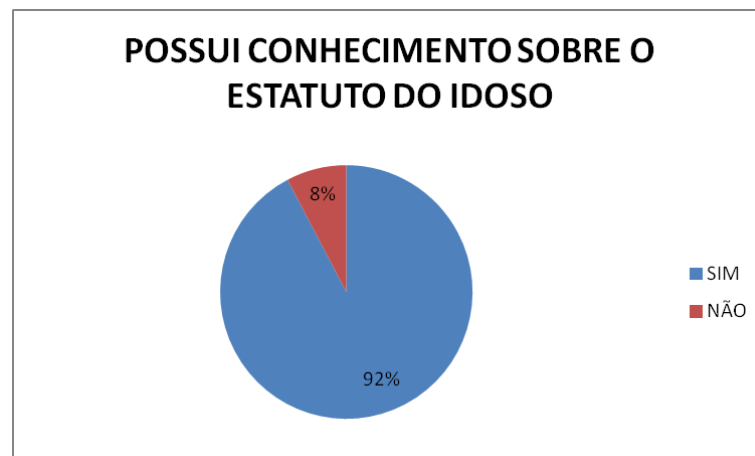
Verifica-se a partir das informações contidas no gráfico acima que a maioria dos idosos que frequentam o grupo querem manter contato com as pessoas da mesma idade, trocar experiências, e se divertir, essa amostra tem um total de 69% dos entrevistados representados por 9 pessoas, já 8% dos entrevistados que esta relacionado a 1 pessoa participa do grupo para se sentir util, para elevar sua auto-estima em meio aos amigos , e finalmente 23% dos participantes relacionados a 3 pessoas vão ao grupo em busca de aprender sobre os seus direitos para que assim possa coloca-los em pratica quando for necessário.

É importante que o Idoso mantenha contato com pessoas da mesma idade para que eles possam trocar experiências entre si, ou seja, é uma forma de perceber que eles têm limites e potencialidades entre si, reconhecendo-se na história de vida do outro, como ressalta a Tipificação dos serviços socioassistenciais onde a mesma relata que o serviço deve contribuir com a promoção do acesso da pessoa idosa aos serviços de Convivência e Fortalecimento dos vínculos.

Segundo Nunes e Peixoto (1994), os programas de idosos operam mudanças em seus participantes quanto ao resgate da auto-estima, superação de doenças, recuperação da memória, propiciando novos conhecimentos e o desenvolvimento da sociabilidade. Desta forma o último aspecto citado é muito interessante , pois estes espaços têm favorecido o associativismo entre idosos.

O aumento da longevidade, decorrente de inúmeras conquistas nos campos da saúde e do social, criou demandas de políticas públicas diferenciadas no tratamento da questão do envelhecimento e de serviços focados nesse segmento populacional. Os idosos que frequentam esses encontros estão se conscientizando em relação a importância de hábitos de alimentação saudáveis , de praticar atividades físicas regulares , de estarem inseridos em programas de valorização e convívio social como forma de preservar a saúde e o bem-estar.

### **Grafico XII - Distribuição da Amostra segundo os conhecimentos em relação a Estatuto do Idoso**



Fonte primaria/ 2012

O gráfico acima mostra que 92% dos participantes da pesquisa que estão representados por 12 pessoas conhecem sim o estatuto do idoso, e que 1 pessoa que é correspondente a 8% diz não ter muito conhecimento sobre o mesmo ou que pelo menos não soube ainda usufruir dos mesmos.

Percebe-se que os idosos têm conhecimento dos direitos assegurados no Estatuto do Idoso, porém alguns destes direitos ainda não são legitimados, por isso a importância dos idosos de estarem cientes dos seus direitos para que os mesmos não sejam violados. É, na verdade, uma redefinição dos conceitos e das concepções sobre os direitos e diz respeito a novas formas de viver essa etapa da vida, a qual deve estar associada ao prazer e às realizações pessoais.

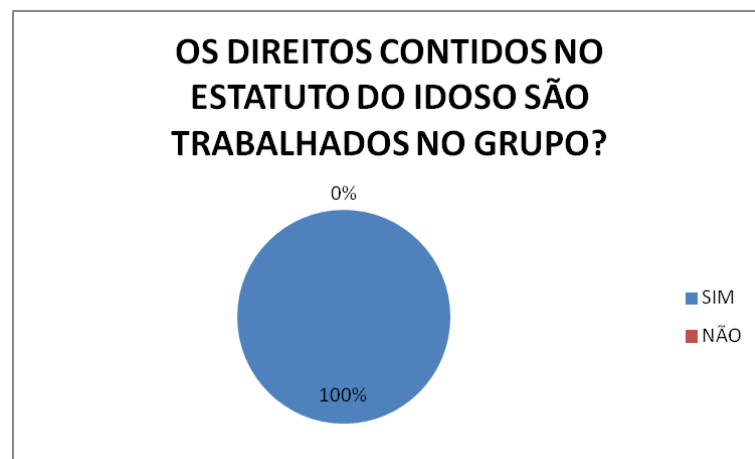
Segundo Silva (2005), o Estatuto do Idoso se torna o resultado das mudanças históricas, políticas e sociais que o Brasil vem atravessando e exalta as conquistas



almeçadas e, por muitos, esquecidas. Contudo, deve se ter em mente que devemos possuir a capacidade de integrar esta camada da sociedade, ou seja, o idoso, no sistema social, não só valorizando conquistas de direitos e, sim, elaborando mecanismos de controle que garantam a sua aplicação.

O Estatuto do Idoso traz inúmeros benefícios e renova a esperança de, finalmente, o idoso ser respeitado e receber a assistência que merece. Daí vemos a importância do conhecimento deste pelo idoso.

### Gráfico XIII - Direitos dos Idosos são trabalhados no grupo



Fonte primaria/ 2012

Nota-se que o CRAS I de Missão Velha para inclusão entre outros desempenha o seu papel no sentido de esclarecer e de informar aos idosos os direitos que esta categoria tem, ratificando que a Tipificação dos Direitos Sócio-assistenciais se propõe a fazer que diz que os serviços ofertados pelo CRAS deve usar a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismo. Na amostra acima 100% dos participantes correspondente a 13 pessoas estão bem informados sobre os seus direitos.

É importante deixar claro que todos os direitos previstos no estatuto são fundamentais, porém é o direito de aprender e de usar esse aprendizado para inserir-se numa cultura aquela que melhor nos faz perceber que a velhice é apenas um continuar a vida, um somar experiências, comunicar-se e estar em comunhão com o restante da humanidade, de forma ética e solidária.

E o Assistente Social se empenha na atuação do seu papel dando destaque a importância de se trabalhar para o desenvolvimento da qualidade de vida dos idosos, pois a postura de trabalho do Assistente Social é fundamentada na garantia de atendimento aos direitos humanos desses seguimentos populacionais, oportunizando a inserção dessa classe nas atividades onde se proponha a trazer ao idoso uma participação ativa freqüentando oficinas, palestras etc, onde é estimulada a desenvolver habilidades e conhecimentos que lhes proporcionem uma melhor qualidade.

### 3.4 Aspectos referentes a entrevista

Ao serem entrevistados os idosos demonstraram grande disponibilidade para responder as perguntas referentes a pesquisa .Por uma questão de etica e para preservar a identidade de todos os que participaram da pesquisa, denominaremos agora para identifica-los os algarismos do I ao IV.

Optamos por transcrever a fala deles da forma como foi pronunciada, para que se possa ser fiel ao nível cultural e dialeto de cada um deles.

A presente pesquisa é produto de observações, reflexões e leitura em relação ao grupo de convivência para idosos no âmbito do CRAS I, sobre a influência que os encontros exercem sobre os idosos e suas qualidades de vida. Os resultados desta, aparecem como fruto da vivência durante o Estágio Supervisionado I e II que realizou-se no CRAS I , localizado na cidade de Missão Velha -CE.

De acordo com dados coletados, constatou-se que os idosos gostam muito da participação no grupo e responderam algumas perguntas em relação a serem idosos.

#### **Foi questionado: Para o senhor (a) o que é ser velho ?**

É muito ampla a concepção que os idosos entrevistados tem em relação ao seu ponto de vista do que significa ser velho:

“ É ter muita bagagem”... “É ter história pra contar” (Idoso I);

" Ser velho é ter experiência de vida" (Idoso II);

"É ter um monte de prega na cara" (Idoso III);

" Velho é a estrada...eu sou novo e ainda tenho muita coragem" (Idoso IV)

" Velho é sinônimo de doença" (Idoso V).

Estas falas vem mostrar o ponto de vista dos idosos entrevistados o que faz-nos perceber que são inúmeras as denominações dadas a palavra velho para alguns, isto é, um orgulho, uma fase que representa a sabedoria, para outros um entrave pois, a terceira idade representa doenças, limitações, preconceito, entre outros.

Ainda dentro do questionário foi **perguntado a respeito da forma que o grupo de convivência influenciou na qualidade de vida de cada um .**

"Amoro, proque eu aqui me sinto mais mio, mas feliz, as moça aqui são alegre, é bom demais, vivo mais animada" ( Idosa I );

"Alem de nós aprender esses trabalhos que nós faz aqui , nós se diverte, enterte a cabeça e escuta as historia do outro" (Idoso II);

"Me ajudo e muito por que eu vivia triste , sem animo , e depois que eu vim participar aqui fiquei mas alegre , esqueci de depressão, só num é mas mio porque é pouco dias ." (Idoso III);

"É bom demais aqui nós passa uma tarde de felicidade, nós conversa , interte a cabeça, acho bom demais." Já o idoso V relata "Aqui é uma beleza muito bom eu vivo feliz porque fiz esses amigo, é beleza pura!" (Idoso IV).

De acordo com relatos dos idosos o grupo de convivência tem influenciado muito na maneira de viver de cada um , a cada encontro se aprende mais sobre os direitos adquiridos e sobre maneiras na qual se possa melhorar a qualidade de suas vidas.

**Quando questionados a respeito do ponto positivo dessa face de suas vidas, os Idosos relataram:**

"O ponto positivo é a experiencia que carrego , por conta da vivencia." (Idoso I);

"É eu viver sussegado, porque tem meu aposento ali todos mes certim." (Idoso II);

“A vivencia é o que nós vei tem de mais bom , porque quem não aprendi com o tempo? ” (Idoso III);

“ O ponto positivo é o que tenho hoje minha casa ,familia e meu aposento porque com ele posso fazer nosso sustento, vivi bastante tenho muita historia boa e mais ainda ruim, triste, mas é assim só em esta vivo, ja ta é bom.(Idoso IV).

Observou-se que os entrevistados participantes desta pesquisa têm vários conceitos em relação a esta face de suas vidas e que deram ênfase a quanto é importante para eles participarem do grupo de convivência para idosos no CRAS I onde são muito bem tratados e que as ações ali desenvolvidas os possibilitam a seguir de maneira mais digna as sua vidas.

“Não há dúvida que com o avançar da idade vão ocorrendo alterações estruturais e funcionais, que embora variem de um indivíduo a outro, são encontradas em todos os idosos e são próprias do processo de envelhecimento normal”. (PONTES, 2002, p.7).

As técnicas ali presentes buscam orientar cada idoso a usufruir melhor de sua participação na sociedade, tendo como proposito viabilizar direitos relacionados à Política de Assistência Social no intuito de que se possa fortalecer a garantia desses direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado se deu na cidade de Missão Velha - Ce a respeito da influencia que o grupo de convivência para idosos tem exercido na vida de cada um dos participantes, os encontros são realizados no CRAS I , no bairro Maternidade, onde residem os mesmos. A pesquisa teve em sua amostra o total de aproximadamente 36 % das pessoas que estão cadastradas.

Através do estudo elaborado para conclusão de curso, podemos observar dentre os escritos feitos e fundamentados em autores os quais expõem seus estudos e pesquisas a respeito da sociedade e a historicidade em suas variadas formas; a importância de ser aludido o trabalho do profissional do Assistente Social em um projeto tão necessário como esse que é consolidar vínculos entre os idosos e trabalhar na perspectiva da validação dos direitos dessa classe tão importante e que a cada dia cresce mais em nosso país.

O referido estudo nos fez viajar pelo tempo ao lermos o primeiro capítulo, que se deu através de um apanhado histórico das políticas sociais, ficou notório que as mudanças que ocorreram na trajetória brasileira foram construídas historicamente por meio de um processo marcado pela Revolução Industrial que não se pode ser dissociado. Tal nuance as quais fizeram parte deste processo implicou uma inegável exclusão social, que teve grande ênfase na medida em que se acirrava a expansão do capitalismo.

A atuação dos Assistentes sociais neste trabalho que envolve os idosos está dentro dos parâmetros exigidos pelo Código de Ética que rege a profissão, pautado na busca da defesa intransigente da classe proletária a qual é posto pelo Projeto Ético Político dos profissionais da Assistência Social.

Contudo mesmo com as ações eficazes pautadas no atendimento aos direitos dos idosos desenvolvidos pelos profissionais faz-se necessário o esclarecimento a população da atuação profissional uma vez que neste sistema capitalista no qual vivemos, onde se sobressam as pessoas que detém o poder, e por este fato acabam por serem contemplados por terem maior poder de argumentação mediante a busca de seus anseios, assim se faz necessário o uso da conscientização a população em relação aos direitos e deveres de cada cidadão, para que só assim possa ser posto em pratica as ações em relação aos direitos não só dos idosos, mas a todos os tipos de direitos existentes e garantidos por lei.

Mediante este contexto capitalista cabe ao Assistente Social lutar na defesa intransigente da classe desfavorecida uma vez que por falta de oportunidades como também de informações são desprovidas de alguns fundamentos essenciais para a manutenção de uma boa qualidade de vida assim como é descrito na carta magna de 1988.

Pelo relato colhido aqui analisamos que os idosos têm varias percepções em relação à vida, ou seja, em relação a fase agora vivida por eles , e que também estão satisfeitos com a participação nos encontros realizados no CRAS I que as atividades desenvolvidas ali tem servido para que cada um traga mais qualidade a suas vidas , aperfeiçoando seus conhecimentos e experiências , tornando cada momento mais agradável, junto aqueles que também estão vivenciando a “ terceira idade.” Zimmermann (2000, p. 57), afirma que:

Assim como as características físicas do envelhecimento, o caráter psicológico também está relacionado com hereditariedade, a história e com atitude de cada indivíduo. Sendo assim indivíduos mais saudáveis e otimistas tem mais condições de adaptarem-se as transformações trazidas pelo envelhecimento. São mais propensas a verem a velhice como um tempo de experiência acumulada, liberdade para assumir novas ocupações.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se inferir como se dá o relacionamento interpessoal dos idosos inseridos no grupo de convivência e como este proporciona alterações em suas vidas e nas atividades, até mesmo as cotidianas. Conforme as respostas, os idosos entrevistados revelaram- se ativos e que enfrentam a velhice como uma face que ainda se podem adquirir conhecimentos, novas formas de se divertir e uma face que se podem fazer muitos amigos e trocar experiências. Nesse grupo onde os idosos foram entrevistados a construção de novas amizades e a participação ativa e contagiante dos idosos foi considerada muito importante. Pode- se dizer que eles redescobriram a alegria de se viver.

Para SALVADOR (2005 apud SILVA, 2007) a socialização está relacionada com o ato de conhecer e conversar com outras pessoas, sendo um estimulante de alegria por integrar as pessoas a novas amizades através do convívio em grupo, deixando de lado a vergonha e o medo.

Portanto, pode-se afirmar que novas formas de sociabilidade marcaram essa etapa da vida, reciclando identidades e redefinindo as relações com os familiares e amigos.

É importante também frisar que seria fundamental a existência de um trabalho relacionado com as famílias desses idosos, que fossem trabalhados juntos para que assim pudessem se fortalecer laços de respeito , afeto e amor ainda maiores, contribuindo com isso para um novo olhar mais humanizado para a questão do idoso e o objetivo da transformação societária.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. Manual de sobrevivência na selva acadêmica. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice Realidade Incomoda**. volume 1 2ª edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976, p. 313

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** 1993. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004.

\_\_\_\_\_. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO** – Lei nº 8.842, de 1994.

\_\_\_\_\_. **ESTATUTO DO IDOSO** – Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)** 2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** 2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/2005<sup>a</sup>**.

\_\_\_\_\_. **Orientação Técnica para o Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, DF, 2006.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição Demográfica. In: FREITAS, Elisabete E. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Edit. Guanabara Koogan, 2002.

CARVALHO, M<sup>a</sup> do Carmo B. de. O lugar da família na política social. In: \_\_\_\_\_ **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CARVALHO, Raul e IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis. Rj: vozes, 1998.



CASTRO, Flávio José Rodrigues de **CRAS – A melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços** : Orientações para Gestores e Projetistas Municipais .Brasília, DF:MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo, 2002.

CÍCERO, M. T. **Saber envelhecer e a amizade**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L & PM, 1997.

COUTO, B.R.O. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez .2008.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Vera. **Metodologia científica Teoria e Prática**. 2ed. Axcel.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTE: Diário do Nordeste, Fortaleza, domingo 3 de junho de 2012, ano XXXI, n.10.891.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997, p.86.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional**. 6.ed. São Paulo: 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011. Disponível em: <[www. ibge.com. br](http://www.ibge.com.br)>. Acesso em: 10/03/2012.

KARSCH, U. M. S. (org.). **Envelhecimento com dependência: revelando cuidadores**. São Paulo: EDUC, 1998.

LEOPARDI, M .T. **Metodologia da pesquisa na Saúde**. Santa Maria: Pallotti , 2001.

LOYOLA FILHO, A.I. de, UCHOA, E.; FIRMO, J. de O.A.; LIMA-COSTA, M.F. **Estudo de base populacional sobre o consumo de medicamentos entre idosos: Projeto Bambuí**. Cadernos de Saúde Pública, v. 21, n. 2, 2005.

MINAYO, M.C.de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, M.C.de S et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16 ed Petropolis: Ed.Vozes, 2000.

MORAGAS, Ricardo Moragas: **Gerontologia Social: Envelhecimento e Qualidade de vida**. 2ª Ed. São Paulo, 2004.

MONTAÑO, Carlos . **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social . São Paulo, 2007.

NUNES, A.T.G.L & PEIXOTO, C. Perfil dos Alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social/UERJ, 1994.

SALVADOR, M.A. **A importância da Atividade Física na Terceira Idade: Uma Análise da Dança Enquanto Atividade Física**. Revista Primeiros Passos. Universidade do Contestado, Concórdia, 2004.

SILVA, Roberta Pappen. Estatuto do Idoso em direção a uma sociedade de todas as Idades. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 898, 18 dez. 2005.

SILVESTRE, J. A.; COSTA Neto, M. M. **Abordagem do idoso em programas de saúde da família**. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, Jun. 2003, 19 (3).

PEIXOTO, Clarice. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: BARROS, Mirian M. L. de. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 57-84.

\_\_\_\_\_. Processos diferenciais de envelhecimento. In: **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 9-12.

PONTES, José Ribeiro. Envelhecimento: desafio na transição do século. In: PAPALÉO NETTO, Matheus. et al. **Gerontologia: A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2002..

ROACH, S. **Introdução à enfermagem gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROJAS, Berenice Couto . **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: Uma Equação Possível? 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos et al. **Qualidade de vida do idoso na comunidade**: aplicação da escala de Flanagan. *Rev. Latino Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 10, n. 6, nov./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104--11692002000600002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104--11692002000600002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 14 de setembro, 2010.

SARACENO, C. **Sociologia da família**. Rio de Janeiro: Estampa 1997

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria, **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**, São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ **Arranjos familiares de idosos e formas de apoio informais**. In: 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. Centro de Conferências Salvador/Bahia, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VENTURA, Deisy. Monografia jurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional: O prazer de conhecer**. Fortaleza: UFCE, 2001.

ZIMERMAN, Guite I. (2000), **Velhice - Aspectos Biopsicossociais**. Porto Alegre, Artmed.

## **APÊNDICES**

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**QUESTIONÁRIO**

DADOS PESSOAIS :

NOME:

IDADE:

SEXO: ( )FEMININO ( )MASCULINO

ESTADO CIVIL:

( )CASADO ( )SOLTEIRO ( )SEPARADO ( )VIUVO

GRAU DE ESCOLARIDADE:

( )SEM INSTRUÇÃO ( )ALFABETIZADO

( )ENSINO FUNDAMENTAL ( )E.FUNDAMENTAL INCOMPLETO

( )ENSINO MÉDIO ( )ENSINO MÉDIO INCOMLETO

( )ENSINO SUPERIOR ( )ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

QUANTOS FILHOS TEM ?

( )DE 1 A 3

( )DE 4 A 6

( )7 OU MAIS

QUEM RESIDE NO SEIO FAMILIAR?

( )CONJUGUE ( )CONJUGUE E FILHOS ( )FILHOS E NETOS ( )SOZINHO

COMO É A SUA RELAÇÃO COM A SUA FAMÍLIA?

( )REGULAR ( )BOM ( )OTIMA ( )RUIM

NO SEIO FAMILIAR EXISTE ALGUM TIPO DE CONFLITO POR VOCÊ SER IDOSO?

( )SIM ( )NÃO ( )ÀS VEZES

QUAL A FONTE DE SUA RENDA ?

APOSENTADO  PENSIONISTA  BPC

QUEM ADMINISTRA O SEU DINHEIRO?

- VOCÊ  
 SUA ESPOSA  
 SEUS FILHOS  
 OUTROS

O SENHOR (a) SENTE-SE EXCLUÍDO DA SOCIEDADE?

SIM  NÃO  ÀS VEZES

PORQUE FREQUENTA O GRUPO DE IDOSOS DO CRAS?

- PARA MANTER CONTATO COM AS PESSOAS DA MESMA IDADE  
 PARA ME SENTIR ÚTIL  
 PARA APRENDER SOBRE MEUS DIREITOS

O SENHOR (a) TEM CONHECIMENTO SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO?

SIM  NAO

OS DIREITOS CONTIDOS NO ESTATUTO DO IDOSO SÃO ABORDADOS  
NO GRUPO?

SIM  NAO

O QUE O SENHOR ACHA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GRUPO?

BOA  ÓTIMA  RUIM

PARA O SENHOR(a) O QUE É SER VELHO?

---

---

---

DE QUE FORMA O GRUPO DE IDOSOS NA MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA?

---

---

---

QUAL O PONTO POSITIVO DA SUA FASE DE VIDA?

---

---

---